

*cadernos*  
**de estudos**  
*leirrienses*

14

LEIRIA  
DEZEMBRO DE 2017





**Título:** CADERNOS DE ESTUDOS LEIRIENSES – 14

**Editor:** Carlos Fernandes

**Coordenador Científico:** Saul António Gomes  
(Professor Associado com Agregação do Departamento de História, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

**Conselho Consultivo:** Isabel Xavier, J. Pedro Tavares, Luciano Coelho Cristino, Mário Rui Simões Rodrigues, Miguel Portela, Pedro Redol e Ricardo Charters d’Azevedo

**Concepção e arranjo da capa:** Gonçalo Fernandes

**Colecção:** CADERNOS – 14

©Textiverso

Rua António Augusto da Costa, 4  
Leiria Gare  
2415-398 LEIRIA - PORTUGAL  
E-mail: [textiverso@sapo.pt](mailto:textiverso@sapo.pt)  
Site: [www.textiverso.com](http://www.textiverso.com)

Revisão e coordenação editorial: Textiverso  
Montagem e concepção gráfica: Textiverso  
Impressão: Artipol

1.ª edição: Dezembro 2017

Edição 1193/17  
Depósito Legal: 384489/14  
ISSN 2183-4350

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

# As termas de Monte Real e a divindade romana aí venerada

José d'Encarnação\*

## 1. Introdução

Não constitui minha intenção trazer grandes novidades em relação ao que se conhece sobre as termas de Monte Real, desde o tempo dos Romanos. Julgo, porém, não ser despidendo fazer o ponto da situação acerca desse sítio arqueológico, nomeadamente no que se refere ao pequeno altar votivo aí encontrado.

Dividirei, por conseguinte, este breve ensaio em duas partes: procurarei, na primeira, sintetizar o que os vários autores escreveram, deixando para a bibliografia final a identificação completa das suas contribuições; farei, na segunda, o estudo epigráfico da árula, até agora não tentado.

O microtopónimo onde as termas se localizam é Covões e pertence administrativamente, na actualidade, à União das Freguesias de Monte Real e Carvide, entidade de que Monte Real é a sede, concelho e distrito de Leiria. Incluía-se no *conventus Scallabitanus* da Lusitânia romana.

É do conhecimento público a existência de vestígios de povoamento do local desde a Antiguidade e não admira, por isso, que, a título de exemplo, se leia em <http://www.termasdemontereal.pt/historia-das-termas-de-monte-real.html> (consultado em 21-10-2017, às 19.44):

«As águas de Monte Real eram já utilizadas pelos romanos, como atestam uma árula romana, bem como várias moedas desse período, encontradas junto à nascente, numas escavações mandadas efectuar por volta de

---

\* Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

1806/1807 pelo então Bispo de Leiria, D. Manuel de Aguiar. Este mandou edificar uma casa de alvenaria, com dois “cubiculos”, cada um com uma banheira para os banhos de água termal. Reza a lenda que a Rainha Santa Isabel, nas suas estadias em Monte Real com o Rei D. Dinis aqui distribuiria a água termal aos doentes que as procuravam».

Ou em <http://pensaoalegre.webnode.com.pt/termas/> (consultado em 21-10-2017, às 19.46):

«Desde as antigas civilizações que o homem procura na Natureza respostas para as suas preocupações de saúde e bem-estar. A “cultura da água”, na sua vertente de uso terapêutico, surgiu pela primeira vez na Grécia Clássica. No entanto, foi durante o apogeu do Império Romano que as termas adquiriram uma tradição de espaço público de repouso e de lazer».

A Antiguidade a servir, mui justamente, de bom pretexto para a promoção turística. Aliás, Manuel Heleno (p. 1) não deixa de salientar, no início do seu artigo:

«Tal variedade de terrenos com suas conseqüentes produções, junta ao seu clima doce, à abundância de água e a outros dons da natureza atraiu ali o homem logo nos tempos pré-históricos».

Vamos, então, procurar ver como tudo se passou.

## **2. O panorama bibliográfico**

### **2.1 No século XIX**

Não logrei consultar o manuscrito *Noticias sobre Leiria e seu termo remetidas a academia real da historia portuguesa no anno de 1721*, que Hübner (p. 37) identificou na biblioteca da Universidade de Coimbra, onde tinha o nº de catálogo X 503. Poderá já fazer referência aos vestígios arqueológicos detectados em Monte Real; não falará, contudo, da inscrição, na medida em que, a ser assim, Hübner o teria assinalado na respectiva ficha. Poderá ser esta a primeira «notícia» a ter em conta, nos primórdios do século XVIII. De facto, o cura que, em 1758, respondeu ao inquérito mandado instaurar pelo Marquês de Pombal a fim de se assinalar, em cada paróquia, o que de mais significativo existia, habitualmente conhecido por «Memórias Paroquiais» e que Manuel Heleno transcreve (p. 85-89), nada refere acerca de Covões.

O manuscrito da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra foi visto, no entanto, por D. Domingos de Pinho Brandão, que dele se serviu para o seu *corpus* da epigrafia romana coliponense, onde expressamente tratou da «pe-

quena zona que viveu intimamente relacionada com o centro administrativo localizado no sítio hoje vulgarmente designado S. Sebastião do Freixo», a romana *Collippo*, porque era sua intenção dedicar-se noutra ocasião, que não chegou a ter, ao «estudo mais completo da epigrafia na área maior de Collippo, estendendo-a à superfície coberta pela diocese de Leiria, para o qual», acrescentou, «possuímos outros elementos valiosos» (p. 42). Certamente era sua intenção estudar Monte Real.

Um livro sempre referido quando se trata de termas é o de Francisco Tavares, de 1810, em que, a pretexto de dar «instruções» e assinalar as «cautelas práticas sobre a natureza, diferentes espécies, virtudes em geral e uso legítimo das águas minerais», acaba por, em relação a cada nascente, noticiar a sua envolvimento histórica e geográfica. Segundo Hübner, transcreverá a epígrafe de Monte Real na p. 142.

José Barbosa Canais de Figueiredo Castelo Branco, que Hübner menciona pelo nome Canaes, foi outro dos que hoje chamaríamos «académicos correspondentes», uma vez que enviou para a sua Academia das Ciências de Lisboa uma informação sobre «diferentes inscrições», que se publicou logo no I volume (1849) das respectivas actas das sessões (p. 394). Poderia mesmo ter vindo a Lisboa apresentar o seu estudo numa sessão e aí poderá ter consultado as fichas que António Joaquim Moreira havia preparado, como se relata a seguir. Ainda que seja assunto um tudo-nada lateral ao que estamos a tratar, merecerá a pena contar o que, de facto, se passou, usando as próprias palavras de Hübner, que a esse Moreira se refere em duas ocasiões.

Precisamos, todavia, de falar, antes, de Levy Maria Jordão, que agrupou num *corpus*, datado de 1859, as inscrições romanas de que havia notícia no território português e cujas referências andavam dispersas. Publicou apenas o I volume e a inscrição de Monte Real vem na p. 38, com o n.º 110. As suas fontes foram, naturalmente, Tavares e José Barbosa, «ex schedis Moreira», acrescenta Hübner na ficha desta epígrafe (CIL II 337). Hübner explicita este caso, não sem indignação, nos dois passos em que alude a Levy Maria Jordão. Primeiro, em frase singela:

«Antonii loachimi *Moreirae* schedas epigraphicas servatas olim in bibliotheca frustra ibi quaesivi; qui iis usus est *Levy Maria lordanus* (n. 88) usum earum mihi negavit» (p. XX, n.º 62).

Isto é:

«Debalde procurei aí as fichas epigráficas de António Joaquim Moreira, outrora guardadas na biblioteca; quem as utilizou foi Levy Maria Jordão (n. 88), que me recusou usá-las».

Na p. XXV, n.º 88, Hübner foi mais contundente:

«Denique, quod omnium pessimum est, schedas academiae Olisiponensis epigraphicas, quas per Antonium Joachimum MOREIRAM academiae officialem acceperat, academiae non restituit mihique roganti, ut copiam earum faceret, negavit, nescire sese affirmans ubi eas seposuisse. Quo factum est, ut unde sua haberet Moreira interdum definire non possem [...], cum rei publicae Lusitaniae damno no levi. Levy igitur melius fecisset, si librum suum omnino non scripsisset.»

«Por fim, o que ainda é o pior de tudo, é que [Jordão] não devolveu à Academia as fichas epigráficas da Academia Olisiponense, que recebera através do funcionário da Academia, António Joaquim Moreira, e, quando lhas pedi, para as copiar, recusou, afirmando que não sabia onde as tinha guardado. Assim se procedeu para que, no entretanto, eu não pudesse ficar esclarecido acerca da fonte donde Moreira houvera as suas informações [...], o que redundou em não leve prejuízo para a república lusitana. Na verdade, melhor teria procedido Levy se de todo não tivesse escrito o seu livro».

Por ordem cronológica, vem, por conseguinte, Hübner, que, ao serviço da Academia das Ciências de Berlim, visitou a Península Ibérica no ano de 1861, com o fim de preparar o *corpus* das inscrições romanas aqui identificadas. Dessa viagem de estudo apresentou relatório que Augusto Soromenho, por iniciativa da Academia Real das Ciências de Lisboa, traduziu e publicou em 1871, sob o título de *Noticias Archeologicas de Portugal*.

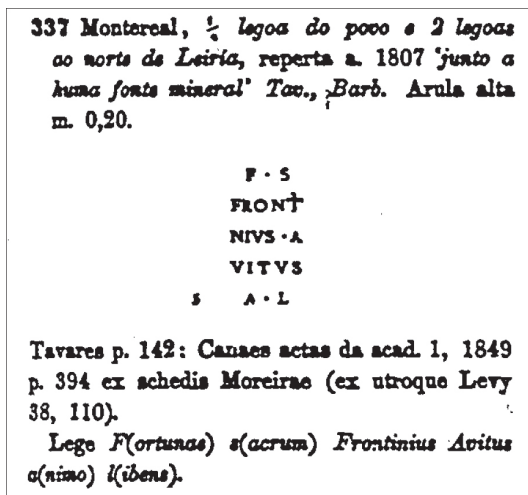


Fig. 1 - CIL II 337 (p. 36)

Aí se escreve, na p. 56: «Em Montereal, 2 léguas ao nordeste de Leiria, achou-se em 1807 um pequeno altar portátil de uns vinte centímetros de altura, que se conserva no gabinete de numismática da Biblioteca Nacional de Lisboa». A leitura da epígrafe vem na p. 57 e será a mesma que Hübner apresentará em CIL II 337 (Fig. 1, pp. 38-39), datado de 1869: desdobra o F inicial em *F(ortunae)*, lê *Frontinius* (o I em nexa com o T) e omite o S final, que as suas fontes não haviam, de facto, visualizado.

Publica em 1875 Pinho Leal o V volume do seu *Portugal Antigo e Moderno*, onde, s. v. «Monte Real», transcreve assim a inscrição (p. 530):

F . S.  
..... FRONTO-  
NIVS ..... A-  
VITVS .....  
..... A. L. ....

E declara: «E já se vê que é intraduzível, pela falta de muitas letras que a acção deste tempo destruiu».

A propósito das águas, que classifica de «sulfúreas hepáticas salinas frias» (*ibidem*), informa que «a 1300 m a N. O. do sítio dos Covões, junto à raiz de um pequeno monte, contíguo ao campo realengo, nasce em uma rocha uma telha de água mineral».

## 2.2 No século XX

José Leite de Vasconcelos, por seu turno, inclui a ara entre as «aras incertas» (1913, p. 503), por não se saber exactamente o que poderá significar a sigla F identificadora da divindade, que, em sua opinião, tanto pode ser *F(ortunae)* como *F(onti)* ou *F(ontanae)*. Não opta, porém, por nenhuma das hipóteses. Quanto ao *nomen* do dedicante, considera a possibilidade de, na verdade, o I estar no bordo da pedra (de que apresenta desenho – Fig. 266), recusando o nexa apontado por Hübner e lê *Front(i)nius*, assim como *S(olvit)* no final.

O esclarecimento maior sobre a importância histórico-arqueológica de Monte Real só virá a acontecer com o exaustivo estudo levado a efeito por Manuel Heleno, publicado em 1922 (AE 1925, 12), já atrás referido.

Trata das antiguidades pré-romanas (época da pedra e época dos metais); das antiguidades lusitano-romanas (p. 8-15), em que estuda a epígrafe e também as moedas; e das antiguidades portuguesas, o capítulo III, da pág.

16 à 35, com sugestivos desenhos de F. Valença e fotografias do autor. Precioso é, também, o apêndice (p. 36-98, que abre com um longo poema («Entre a paz e a guerra») em quadras populares, e apresenta documentos régios do maior interesse, entre os quais o foral dado à vila de Leiria por el-rei D. Manuel I, em 1510 (p. 50-69), e as respostas recebidas do cura António Dut<sup>e</sup> de Roza, datadas de 12 de Abril de 1758, relativas ao inquérito mandado instaurar, como atrás se disse, pelo Marquês de Pombal, na sequência do terramoto de 1755 (p. 85-89).

No que diz respeito à epígrafe (p. 8-12), começa por esclarecer, com base nas informações de F. Tavares (p. 142) o contexto em que foi encontrada:

«A um quilómetro a oeste de Monte Real, no calcário infraliásico duma colina que desce sobre os pântanos da margem esquerda do Liz, apareceram, numas escavações que ali mandou fazer o bispo D. Manuel de Aguiar para explorar uma nascente termal, várias moedas romanas, uma árula e alguns cipos sem inscrição».

Essa escavação, esclarece, deve ter sido feita em 1807 (e não em 1814) e a árula foi «encontrada a 0,70 m abaixo do solo», «junto a um penedo, cobrindo com um dos lados as ditas *medalhas* de cobre e latão do tempo dos Romanos» (citação tirada de Tavares, p. 142) (p. 8).

Dá, na p.11, a leitura: *F(ontanae) s(acrum). Front(o)nius Avitus a(nimo) l(ibens) s(olvit)*. E opta por *Frontonius* devido a estar, no castelo de Leiria, CIL II 345, onde se dá conta da existência, na região, da *gens Frontonia*, repetindo: «Por ela se vê que existiam na área de Colippo representantes da *gens* “Frontonia” que usavam o *cognomen* de “Avitus”». E *Frontinius* «é, por enquanto, julgo eu, desconhecido na epigrafia lusitana» (p. 11).

E não hesita em explicar (p. 12) que *Fontana* consubstancia o «poder que julgavam residir nas águas minerais onde foi achada». «Frontonio Avito, tornado *reus voti*, procurou depois de curado *solvere votum* e levar a *Fontana* o *donarium* prometido: uma árula simbólica em que se confessava grato ao espírito da fonte e certo número de moedas de cobre e latão, “depositadas, segundo pareceu então, na cavidade doutra pedra de mármore no mesmo sítio da nascente das águas minerais”» (cita Tavares).

Creio que não terá havido mais publicação nenhuma antes de, em 1969, Jorge de Alarcão e Manuela Delgado terem começado o catálogo do que existia no mencionado Gabinete de Numismática e Antiguidades. De facto, trataram, na 1.<sup>a</sup> parte (a única publicada), das antiguidades ibéricas e roma-



nas e nelas incluíram, como é natural, a referência à árula (p. 83-85), limitando-se, no entanto, a transcreverem a proposta de Manuel Heleno, não apondo a eventual existência de uma terceira sigla na fórmula final.

Reuniu José Vives (1971 e 1972) as inscrições romanas da Península Ibérica, organizando-as por categorias e tendo por base, fundamentalmente, o CIL II, e assim se tornava mais ágil consultar o que, do ponto de vista epigráfico, os Romanos nos haviam legado. Era, no fundo, uma actualização do CIL II, sem grandes preocupações; de resto, a obra já seria publicada postumamente e não houve possibilidade de proceder à sua revisão, de modo que há, por exemplo, inscrições repetidas. Não foi o caso da de Monte Real, que aí tem o n.º 454. E Vives segue a versão de Hübner, porque não teve acesso à obra de José Leite de Vasconcelos e muito menos à de Manuel Heleno, circunstância muito habitual até aos finais da década de 70 do século passado, dado que se não estabelecera ainda o contacto entre investigadores do lado de lá e do lado de cá da fronteira, que só duas décadas depois começaria a dar úberes frutos, quando se compreendeu que, afinal, a *Hispania* romana abrangera os territórios de Espanha e Portugal e que muito havia, de facto, em comum.

José Manuel Garcia, na sequência da reedição em fac-símile das *Religiões da Lusitânia*, de José Leite de Vasconcelos, acrescenta, em 1991, um quarto volume, de actualização. Aí inclui, portanto, a menção à árula de Monte Real. Lê FRONT(o)NVS (mui provavelmente por lapso) e [S(*olvit*)]; e afirma que «o F poderá ser abreviatura de *Fonti*, *Fontanae*/o ou, menos provavelmente, *Fortunae*» e que «o S deve ser a sigla de S(*acrum*)» (p. 503, nº 565).

Jorge de Alarcão (1983, p. 174) refere apenas que Fontana ou Fontano terão sido venerados em Covões e é sob este topónimo («Covões») que inclui as alusões ao sítio no II volume / 2 (*Gazetteer*) de *Roman Portugal* (3/192, p. 102), referindo, além de CIL II 337, «moedas de Marco Aurélio, Faustina Júnior ou Sénior, Severo Alexandre e Filipe (I)».

Seguem-se, daqui para a frente, referências às termas e à árula, sem que, no entanto, tragam novidades em relação ao que fora escrito até então. Citemos:

Helena Frade (1993, p. 887, n.º 30), que integrou um grupo de investi-

gação sobre termas e águas termais, sobretudo a partir da comunicação que apresentou ao II Congresso Peninsular de História Antiga, em 1990 (as actas foram publicadas em 1993). Por esse motivo, para além das referências de índole histórica, inclui as que dizem respeito a águas medicinais: é o caso de Acciaioli 1944, que alude amiúde às termas de Monte Real, ou Alves 1955.

Luís Fernandes (2002, p. 134, p. 135 n.º 6) prefere *F(onti)*? E, na nota 22, citando Gomes 1999, p. 21, escreve: «Refira-se que as águas de Caldas de Monte Real, adequadas ao tratamento de doenças relacionadas com os pulmões e o estômago, motivaram mesmo a fundação da Póvoa de Monte Real e a construção de um paço junto à nascente, por D. Dinis». Também Díez de Velasco, citado por Luís Fernandes, se inclina para desdobrar *F(onti)* (1998, p. 81, 13/2).

No *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, são colocadas as duas hipóteses de leitura do *nomen* do dedicante: *Frontonius* ou *Frontinius* (com nexu TI) (p. 179, mapa 137).

### 3. Conclusão: a identificação da divindade



Fig. 2 – A árula

Apesar da vasta bibliografia que refere a árula (Fig. 2), o seu estudo epigráfico propriamente dito não foi feito. Mantém-se no referido Gabinete da Biblioteca Nacional de Portugal, onde lhe foi atribuído o seguinte número de inventário: n.º 96.

Sofreu o monumento maus-tratos com o tempo, sendo visíveis nos toros incompletos do capitel, onde sobressai, central, fastígio triangular. É evidente a semelhança tipológica com a árula ao *Liber Pater*, de Conímbriga (Fig. 3). A moldura do capitel apresenta bocel reverso (bastante esborcinado) a que se segue a ranhura e, aparentemente, um bocel directo. A inscrição ocupa toda a face dianteira do fuste, sem moldura a limitar o campo epigráfico. O fuste ‘as-

senta' num soco ou larga faixa reversa, sendo, porém, a ligação não perpendicular mas suavemente obliquada. Uma tipologia quase clássica, muito singela, a denotar pouca perícia da parte do canteiro.

Essa imperícia se nota também na paginação, onde não houve linhas auxiliares prévias nem cuidadoso posicionamento das letras, de molde a evitar-se, por exemplo, o corte de palavras. Se, na linha 1, as duas siglas apontam para uma paginação segundo um eixo de simetria (um sinal de pontuação, uma *hedera*, designadamente, seria requerida ao centro...), na linha 2, se não erro, o O foi gravado bem minúsculo quase na aresta; na linha 3, os caracteres alargam-se e cortou-se a palavra *Avitus*, que, com «saber de experiência feito», o lapicida lograria ter inserido na linha 4, onde o módulo das letras ainda foi maior, obrigando o S – que está sumido pelo desgaste – a ficar apertado contra a aresta. Não se distingue já o P que completaria, na linha 5, a fórmula votiva e não existe pontuação; há, todavia, a impressão de se ver parte da sua curvatura superior e nota-se a serifa a marcar o vértice inferior da haste vertical.

Os caracteres são actuários, gravados com badame, denotando *ductus* inclinado para a frente, mais sensível na linha 3. Espaços interlineares regulares. O F tem serifa no vértice inferior e as barras são bem paralelas e horizontais (a inferior do da linha 2 um tudo-nada acima do meio da haste vertical); S simétrico; R grafado a partir de P, desajeitadamente; O estranhamente oblongo, feito com dois movimentos, V muito aberto; o primeiro A, se teve travessão, ora já não está visível, o A final tem-no, mui levemente gravado; barra do T ampla e horizontal; não há nexos NI no T da linha 2.

Dimensões<sup>1</sup>:

22 x 12/9,2/12 x 9,5/8/10.

Campo epigráfico: 10,2 x 8.

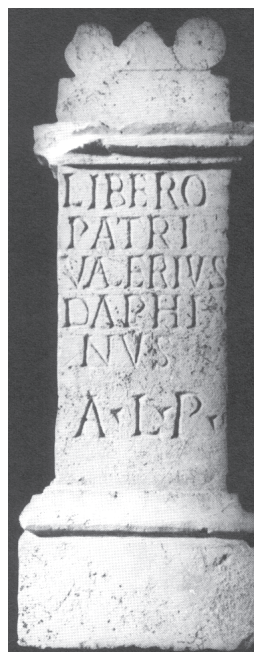


Fig. 3 – A árua de Conímbriga

<sup>1</sup> Agradeço de coração às Dras. Lígia Martins e Margarida Pinto, da Biblioteca Nacional de Portugal, a pronta disponibilidade que tiveram para procederem, a meu pedido, às medições que a bibliografia não apresentava.

Leitura interpretada:

F [?] S(*acrum*) / FRONT[O]/NIVS AVITVS / A(*nimo*) L(*ibens*) P(*osuit*)

Consagrado a F (?). Frontónio Avito pôs de livre vontade.

Altura das letras: 1,5 (V e I da l. 4 = 2). Espaços: 1: 1; 2-5: 0,5; 6: 1.

A fórmula final A · L · P · é a mais consentânea com este tipo de monumento e a mais frequente na epigrafia da Lusitânia em circunstâncias idênticas, porque o que se pretende assinalar é que o dedicante ofereceu a árula à divindade, colocando-a no lugar sagrado. A citada árula a *Liber Pater*, de Conímbriga (*Fouilles* II n.º 13; Encarnação, 2013), muito semelhante a esta, inclusive nas dimensões (tem 21,3 cm de altura máxima, 8,2 cm de largura na moldura do capitel e no soco e 6 cm no fuste) termina por A · L · P · e os autores atribuem a esta fórmula um carácter «quase exclusivamente lusitano», apontando outros exemplos (*Fouilles* II, p. 34, nota 112). Na ara a *Triborunnis*, da *villa* romana de Freiria (Cascais), a fórmula é idêntica: L · A · D · : *dedit* em vez de *posuit*, mas com igual significado. Nos índices do CIL II (p. 1176) regista-se um testemunho de L : A : S : (inscrição n.º 745) contra seis de L · A · P ou equivalente; em HEpOL, a pesquisa aponta para 104 ocorrências de A · L · P ou equivalente, enquanto a forma S(*olvit*) implica habitualmente a palavra V(*otum*). Na epigrafia do *conventus Pacensis* há treze testemunhos de A · L · P · contra apenas um (IRCP 608) de A · L · S · (IRCP, p. 878).

Perguntar-se-á: então não desdobra a sigla identificadora da divindade? Prefiro não. E explico: o dedicante também não quis que se soubesse qual a divindade que estava a agradecer, porque ele também não sabia quem emprestara o seu poder ao terapêutico manancial.

Sim, poderia ser *Fons*, *Fontana* ou *Fontanus*; mas não era preciso explicitar, porque a árula se destinava a ser colocada ali, no local onde se prestava culto à divindade da nascente. ¿Por outro lado, seria uma divindade masculina ou feminina? A questão é que os deuses não têm sexo, como já tive ocasião de repetir, inclusive tomando esta árula como exemplo (Encarnação, 2010, p. 133-144). Por isso, IRCP 438, de Bencatel (Vila Viçosa), é altar dedicado a *Fontanus* e a *Fontana*; não são duas divindades, não é um «par divino» – é a mesma na sua aceção masculina e na sua forma

feminina. Por isso, em IRCP 437, de Ervedal (Avis), o escravo *Threptus* não ousou concluir o teónimo, deixando-o em suspenso (FONTAN): será *Fontanae*? Será *Fontano*? Ele próprio não quis arriscar e preferiu venerar a divindade na sua acepção feminina e masculina – e cada qual que entendesse como lhe parecesse melhor!

Quando a oferenda é para ser colocada no local consagrado a determinada divindade que se conhece bem, pode inclusive omitir-se o teónimo ou identificá-lo, como aqui, simplesmente através de uma sigla, do conhecimento comum (Encarnação, 2013).

Temos, aliás, um pormenor que, aparentemente, terá passado despercebido: nas escavações levadas a efeito, em 1807, por iniciativa do bispo D. Manuel de Aguiar, foram encontrados ali «alguns cipos sem inscrição», o que é deveras sintomático. Esses «cipos», que terão levado descaminho, poderiam ter tido uma inscrição pintada ou serem mesmo anónimos, tal como hoje podemos acender uma vela anónima diante de uma imagem ou mandar gravar uma placa e pô-la junto ao altar ou aos pés de uma estátua, para que o nosso nome conste. Ora, isso prova que, de facto, houve mesmo um culto alargado no tempo e a árula não é um... «achado isolado»!

Finalmente, a datação.

Não tenho notícia de que – mau grado as informações prestadas por Manuel Heleno em relação aos vestígios encontrados, tanto da Pré-História como da época romana – na zona hajam sido feitas intervenções arqueológicas. Aliás, no Portal do Arqueólogo (sítio CNS 5496, consultado a 29-10-2017, às 12.17 h.), apenas se fala de «achado(s) isolado(s)», nem sequer se especificando qual ou quais.

Junto com a árula foram encontradas moedas, das quais a mais recente é a de Filipe I, que reinou de 244 a 249, e há uma de Severo Alexandre, que ocupou o trono imperial de 222 a 235. Atrever-me-ia, portanto – dada a grosseira feitura do monumento e atendendo também ao facto de o dedicante não apresentar *praenomen* – a considerar a árula datável do século III.

### **Bibliografia citada**

ACCIAIUOLI (Luís), *Águas de Portugal*, 6 vols., Lisboa, 1944.

AE = *L'Année Épigraphique*, Paris. [Indica-se o ano e o n.º da inscrição].

ALARCÃO (Jorge) e DELGADO (Manuela), *Catálogo do Gabinete de Numismática*

- e *Antiguidades*, 1ª parte: *Antiguidades ibéricas e romanas*, Lisboa, 1969.
- ALARCÃO (Jorge), *Portugal Romano*, Lisboa, Editorial Verbo, 3<sup>o</sup>1983.
- ALARCÃO (J. de), *Roman Portugal*, Warminster, 1988.
- ALVES (Olympio Duarte), *Monte Real no Passado e no Presente*, Monte Real, 1955.
- Atlas = NAVARRO CABALLERO (Milagros) e RAMÍREZ SÁDABA (José Luís) [coord.], *Atlas Antroponímico de la Lusitania Romana*, Mérida (Fundación de Estudios Romanos) – Bordéus (Ausonius Éditions), 2003.
- BRANDÃO (Domingos de Pinho), “Epigrafia romana coliponense”, *Conimbriga* 11, 1972, p. 41-192.
- CANAES = CASTELO BRANCO (José Barbosa Canais de Figueiredo), «Diferentes inscrições», *Actas das Sessões da Academia Real das Ciências de Lisboa*, I 1849 p. 385-395.
- CIL II = HÜBNER (Emílio), *Corpus Inscriptionum Latinarum* – II, Berlim, 1869 e 1892.
- DIEZ DE VELASCO (Francisco), *Termalismo y Religión – La sacralización del agua termal en la Península Ibérica y el Norte de África en el mundo antiguo*, Madrid, 1998.
- ENCARNAÇÃO (José d’), «Omissão dos teónimos em inscrições votivas», *Veleia* 2-3, 1985-1986, p. 305-310. <http://hdl.handle.net/10316/26770>
- ENCARNAÇÃO (José d’), *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*, Cascais, 2001.
- ENCARNAÇÃO (José d’), *Epigrafia – As Pedras que Falam*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. Acessível em: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0186-1>
- ENCARNAÇÃO (José d’), «O mágico simbolismo de uma árula conimbricense», *Boletim de Estudos Clássicos*, 58, 2013, p. 147-151. <http://hdl.handle.net/10316/25163>
- FERNANDES (Luís da Silva), «As Águas e o factor religioso na província romana da Lusitânia», in RIBEIRO (José Cardim) [coord.], *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Lisboa, 2002, p. 131-140.
- Fouilles II = ÉTIENNE (Robert), FABRE (Georges) et LÉVÊQUE (Pierre et Monique), *Fouilles de Conimbriga*, II – *Épigraphie et Sculpture*, Paris, 1976.
- FRADE (Helena), «As termas medicinais da época romana em Portugal», 2.º Congresso Peninsular de História Antiga. *Actas (Coimbra, 18-20 de Outubro de 1990)*, Coimbra, 1993, p. 873-916.
- GARCIA (José Manuel), *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às “Religiões da Lusitânia” de J. Leite de Vasconcelos. Fontes epigráficas*, Lisboa, 1991.
- HELENO (Manuel), «Antiguidades de Monte Real», *O Arqueólogo Português* 25, 1921 e 1922, p. 1-98.
- HEpOL = *Hispania Epigraphica on line*: <http://eda-bea.es/>
- HÜBNER (Emílio), *Notícias Archeológicas de Portugal*, Lisboa, Tipografia da

- Academia, 1871. [Tradução de A. S., por ordem da Academia Real das Ciências de Lisboa].
- ILER = VIVES (José), *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona, 1971 e 1972.
- IRCP = ENCARNAÇÃO (José d'), *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis — Subsídios para o Estudo da Romanização*, Coimbra, <sup>2</sup>2013. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/578>
- LEAL, A. S. A. B. de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades e freguezias de Portugal e de grande número de aldeias*, V volume, Typographia Editora de Mattos Moreira & Companhia, Lisboa, 1875.
- LEVY = JORDÃO (Levy Maria), *Portugalliae Inscriptiones Romanae*, vol. I, Lisboa, 1859.
- TAVARES (Francisco), *Instrucções e cautelas praticas sobre a natureza, diferentes especies, virtudes em geral, e uso legitimo das águas mineraes, principalmente Caldas, com a noticia daquellas, que são conhecidas em cada huma das Províncias do reino de Portugal, e o methodo de preparar as aguas artificiaes*, parte I, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1810.
- VASCONCELLOS (José Leite de), *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, III, 1913 (reimpresso em 1989 pela Imprensa Nacional – Casa da Moeda).

## RESUMO

Traça-se um panorama da bibliografia referente às termas romanas de Monte Real (Leiria). Faz-se o estudo epigráfico do monumento, em que se corrige a leitura da fórmula final e se explica a razão pela qual o teónimo foi identificado em sigla.

**Palavras-chave:** Termas romanas, Monte Real, omissão de teónimos, culto das águas.

## ABSTRACT

A complete bibliography about the Roman baths at Monte Real (Leiria – Portugal) is done. A new lecture of the final formula is given; and is clarified the reason to mention divinity's name with a mysterious single letter.

**Key words:** Roman baths, Monte Real, Roman theonyms' omission, the cult of the water.